

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI N. 3.720, DE 2015

Determina a criação do Cadastro Nacional de Animais Domésticos.

Autor: Deputado **CARLOS GOMES**

Relator: Deputado **RICARDO IZAR**

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei, de iniciativa do ilustre Deputado Carlos Gomes, cujo objetivo é criar o Cadastro Nacional de Animais Domésticos.

Caberão aos órgãos de meio ambiente, saúde pública e produção rural a manutenção do cadastro dos animais em nível Federal, Estadual e Municipal, a partir de um modelo comum a ser fornecido pela União.

O cadastro deverá conter as informações de identificação e endereço do proprietário, endereço do animal e procedência, nome popular da espécie, raça, sexo, idade real ou presumida, além de informações sobre vacinas e doenças contraídas ou em tratamento e se o animal possui *chip* de identificação. Ademais, deverá ser informado se o animal é de estimação, produção, entretenimento, de pesquisa ou educação.

As movimentações de venda, doação ou morte do animal ou lote de animais deverão ser informadas pelo proprietário declarante que incorrerá em sanções penais e administrativas quando as informações prestadas forem total ou parcialmente falsas, enganosas ou omissas.

Por fim, o PL prevê que o Cadastro Nacional de Animais Domésticos seja disponibilizado para acesso público na Rede Mundial de Computadores.

Em sua justificativa, o ilustre autor sustenta que o projeto atenderá diferentes demandas de diversos setores da sociedade ao possibilitar que animais perdidos possam retornar para seus lares, que o controle de zoonoses seja mais

eficiente e principalmente que haja um conhecimento do universo de animais domésticos, que será fundamental para uma avaliação mais precisa do cenário para tomada de decisão mais efetiva.

A proposição em tela foi distribuída para análise e parecer da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CMADS e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC, nos termos do que dispõem os artigos 24, II e 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, sob regime de tramitação ordinária e sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões.

À proposição não foram apresentadas emendas. Na CMADS, nosso parecer foi aprovado por unanimidade.

É o Relatório

II - VOTO DO RELATOR

Com fundamento no que dispõem os artigos 54, I, e 139, II, “c”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a proposição vêm ao exame desta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para análise dos seus aspectos constitucional, jurídico e de técnica legislativa.

Iniciando o exame da proposição pelos aspectos formais, relativos à competência legislativa, à iniciativa parlamentar, e à espécie normativa empregada, conclui-se que a proposição não apresenta vícios constitucionais formais que possam obstar sua aprovação.

É legítima a iniciativa parlamentar sobre a matéria (art. 61, caput, da CF/88), haja vista não incidir, na espécie, reserva de iniciativa.

No que se refere à análise da constitucionalidade material, não se verifica nenhuma incompatibilidade de conteúdo, substantiva, entre o texto de lei veiculado no projeto e a Constituição Federal, não havendo contrariedade com nenhum de seus dispositivos.

Não há qualquer reparo quanto à juridicidade da matéria, uma vez que a proposição não viola os princípios maiores que informam o ordenamento

jurídico, harmonizando-se ao conjunto de normas que compreendem o direito positivo. Na acepção ampla de juridicidade, também chegamos à conclusão que a proposição observa o princípio da generalidade normativa e respeita os princípios gerais do direito.

No que concerne à técnica legislativa, o Projeto de Lei nº 3.720, de 2015 não merece reparos, estando em conformidade com as disposições da Lei Complementar nº 95/98.

Por todo exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PL nº 3.720, de 2015.

Sala da Comissão, em de de 2018.

Deputado **RICARDO IZAR**
Progressistas/SP